

PROMOÇÃO III► Sector exige que os 3,5 milhões de euros sejam usados para promover o produto III► IVDP diz que já está a ser gasto mais que o acordado

Governo congela verbas do sector do vinho do Porto

■ Ermelinda Osório

O Governo tem cativos no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) cerca de 3,5 milhões de euros resultantes de receitas da produção e do comércio no sector do vinho do Porto.

Essa verba – proveniente dos saldos de exercício da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) e relativa a taxas sobre produtos vînicos (desde há dois anos, cobradas pelo IVDP, depois da extinção da comissão interprofissional CIRDD) – está congelada, na sequência do rigor orçamental.

São valores que o sector agora reclama, para usar no âmbito de um plano estratégico para a região e na promoção dos vinhos. A reclamação já foi aprovada, por unanimidade, em Conselho Interprofissional (CI) mas carece de aprovação da Secretaria de Estado da Agricultura, tutelada por Luís Vieira.

Jorge Monteiro, director do IVDP, lembra que “o acordo relativo à promoção, com a Associação de Empresas, data de 1998. Ficou estabelecida uma verba de 1,5 milhões de euros para promoção anual, o que tem vindo a ser feito”. Acrescenta que, “graças a verbas comunitárias e do Orçamento de Estado, têm sido gastos no total 2,1 milhões em vez dos 1,5 previstos, sem esquecer meio milhão na promoção dos vinhos do Douro, que não é nossa obrigação” (as taxas são cobradas pelo IVV).

Isabel Marrana, da Associação de Empresas do Vinho do Porto (AEVP) disse ao JN que “essas verbas têm de ser disponibilizadas para a promoção dos vinhos do Porto e Douro.



LEONEL DE CASTRO

Produtores e exportadores esperam resposta da Secretaria de Estado da Agricultura

■ Nova fiscalização

■ Mudança atinge Douro

A nova Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, criada na semana passada pelo Governo, vai passar a fiscalizar, também, uvas, mostos e vinhos, uma competência que, no Douro, cabia ao IVDP. Manuel António Santos, da Casa do Douro, protesta contra a medida e diz que é o mesmo que “batalhar e dar de novo”. Fonte do Ministério assegurou que “a certificação mantém-se no IVDP e a nova entidade vai ter funções de polícia criminal, para apreender o produto de imediato, o que não acontecia” até agora.

Esse dinheiro é da região, existe no orçamento do IVDP, e só falta um despacho da Secretaria de Estado, onde a questão está pendente há vários meses”.

O que se pretende, diz Isabel Marrana, é um acréscimo dessa verba usada na promoção; porque 1,5 milhões de euros para promoção no Mundo todo, é muito pouco”. E reafirma: “o IVDP não recebe verbas do Orçamento de Estado e está a ser tratado como se isso acontecesse, prejudicando o sector”.

■ Plano estratégico

Sem que avance o plano estratégico, tanto a Produção quanto o Comércio não aceitam “alterações de fundo nas leis do sector”, afirmam Isabel Marrana e Manuel António Santos, presidente da Casa do Douro. Uma situação que será alvo de análise na próxi-

ma reunião do CI, como o JN tinha já adiantado. Manuel António Santos recorda, até, que “parte dessas verbas deveriam ser entregues à Casa do Douro, porque nunca foi reformulada a remuneração dos serviços que prestávamos às CIRDD”. Apesar de admitir que “já não temos esperança que essa justiça seja feita, o dinheiro é sempre do Douro”, refere.

Fonte do Ministério da Agricultura avançou ao JN que “já foram dadas indicações ao IVDP para que mande proceder a um concurso para a produção desse relatório, que deverá ser efectuada no âmbito do que é a procura do mercado, em vez da oferta”. O estudo “permitirá aos produtores e comerciantes conhecerem, as oportunidades de mercado e níveis de venda que este exige”, acrescentou a mesma fonte.